

ATA DA 14ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2014/2016  
REALIZADA EM DOIS DE DEZEMBRO DE 2015.

No dia dois do mês de dezembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Quarta Reunião Ordinária – biênio 2014/2016 - do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 13ª reunião – biênio 14/16; 2 – Apresentação da empresa ELTE para análise do EIA/RIMA - “Linha de Transmissão 345kV CD Domenico Rangoni – Seccionamento Tijuco Preto-Baixada Santista e Subestação Domenico Rangoni”; 3 - “Programa de Monitoramento do perfil Praial com ênfase na evolução morfodinâmica da Ponta da Praia de Santos” – CODESP - Dra. Célia Regina de Gouveia Souza; 4 - Cronograma das reuniões de 2016; 5 - Comunicados da Secretaria; 6 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SETUR, SIEDI, SEAS, SECULT, SECID, SEDES, UNIMONTE, ABES, FUNDAÇÃO MOKITI OKADA. Foram justificadas as ausências de SEMAM I, SEMES, ASS, COMEB. O presidente iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes. A ata, enviada por e-mail para leitura prévia, foi aprovada por unanimidade.

O presidente apresentou Sr. Eduardo Bordignon, representante da ELTE, que explicou como funcionam as linhas de transmissão, e que o âmbito da empresa segue até as subestações, as linhas de transmissão de distribuição para as residências ficam a cargo de outras instituições. Mostrou as empresas que integram o grupo ALUPAR, com usinas hidrelétricas e eólicas e que também desenvolvem projetos socioambientais. A justificativa do aumento das linhas são as demandas portuárias, petrolíferas e de turismo. As linhas ficarão em terrenos de grandes proprietários, criadores de búfalos e alguns com plantações, localizadas no bairro Morrinhos. Sr. Eduardo Mães, da empresa Caruso Jr. explicou que o licenciamento está na primeira fase, em análise sobre a viabilidade do empreendimento pelos órgãos licenciadores e que realizam estudos a partir de alternativas enviadas pela ANAEL e aproveitam pontos de linhas antigas.

A faixa de servidão é de 36m e 45m, quanto menor, menor o impacto também. No diagnóstico fizeram o levantamento biótico, socioambiental e propõem programas para minimizar os impactos. Haverá uma áreas diretamente afetadas com torres e faixas de servidão. A faixa de 500m para cada lado sofre maiores impactos. A faixa de influência indireta abrange 2,5 km e há 9% de áreas intermediárias vulneráveis a escorregamentos. Consultaram a fundação Florestal que pediram alternativas para outros pontos de instalação, detectaram 288 espécie, 19 em listas de extinção. De 44 propriedades, 43 receberão indenização e uma será relocada. Os impactos são classificados quanto à movimentação dos solos, à supressão de vegetação e relacionados à socioeconomia. Possuem planos e programas com medidas mitigadoras e um de gestão ambiental aplicado após a implantação. Sr. Augusto/UNIFESP, coordenador da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, explicou que a equipe analisou o EIA/RIMA, sem muito tempo para o mesmo, mas conversaram com os técnicos que elaboraram o licenciamento. Estão de acordo com a viabilidade e em consonância com a SEMAM, mas com a ressalva de acompanhar os monitoramentos e planos, com equipe multidisciplinar, não se sente confortável em emitir parecer apenas por sua câmara. Sr. Jaime externou a preocupação com a mão-de-obra e com o cuidado para não formar favelas. Também perguntou quando começará a implantação. Sr. Augusto completou dizendo que também há preocupação com o cronograma, metas e o detalhamento dos planos e que o acompanhamento é necessário entre a Licença Prévia e a Licença de Implantação. Sra. Yedda, membro da Câmara Técnica de Legislação, que também analisou o EIA/RIMA, explicou que o projeto passa por 3 municípios e nossa legislação exige compensação vegetal e que na próxima fase é preciso elencar as áreas a serem compensadas, embasados na Lei de

Uso e Ocupação do Solo, fazem questão desse item. Sr. Eduardo Bordignon disse que a compensação vegetal irá para a Câmara de compensação Ambiental da Secretaria do estado de São Paulo, que direcionam aos Parques Estaduais e à APA. Os empreendedores podem indicar, mas quem decide é essa câmara. Sra. Luci solicitou que essas informações sejam colocadas em site com acesso público, seja ou não do Conselho. Sr. Eduardo esclareceu que após a Licença Prévia, o empreendedor detalhará os programas de implantação e ambientais já previstos. Sr. Bandini/Defesa civil alertou sobre a relocação em Monte Cabrão e a extrema fragilidade da área, com perigo de escorregamento. E a partir dessa situação, sugeriu intensificar o trabalho do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Quanto à relocação, Sr. Eduardo Bordignon disse que se refere a invasões em frente à USIMINAS e que a supressão será mínima, apenas para lançamento de cabo de 4 m e em relação à mão-de-obra, trabalham com pessoas locais. O início depende de outras respostas, estimado para abril ou maio. Sr. Jason/Fórum da Cidadania perguntou sobre plantações de bananas com agrotóxicos que atingem as nascentes. Sr. Eduardo respondeu que perceberam que agora criam búfalos, mas não lançamento de agrotóxicos. Sr. Jason também perguntou sobre retirada de areia para a construção civil e o presidente disse que não era pertinente ao tema. Sr. Dionísio perguntou se podem ser plantadas hortas nas áreas de linha de transmissão e comentou sobre Belo Monte, cujas obras invadiram terras indígenas.

Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR  
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS  
Secretária